

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 RECUPERAÇÃO DA EMPRESA E SEU PROCESSO JUDICIAL | 3 |
| 1.1 Noções preliminares sobre a recuperação judicial..... | 3 |
| 1.2 O que é a recuperação judicial..... | 8 |
| 1.3 Especialidade do procedimento de recuperação..... | 13 |
| 1.4 A estrutura da Lei 11.101/2005 | 20 |
| 2 JURISDIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL | 21 |
| 2.1 Indispensabilidade da jurisdição estatal..... | 21 |
| 2.2 Competência..... | 23 |
| 2.2.1 Juízo competente..... | 23 |
| 2.2.2 Natureza da competência..... | 26 |
| 2.2.3 Reconhecimento da incompetência..... | 30 |
| 2.2.4 Prevenção e limites da competência do juízo recuperacio- nal..... | 32 |
| 2.3 Características específicas do juízo da recuperação judicial | 35 |
| 2.4 Administrador judicial | 40 |
| 2.4.1 Noções gerais | 40 |
| 2.4.2 Seleção | 41 |
| 2.4.3 Remuneração | 44 |
| 2.4.4 Substituição e destituição..... | 47 |
| 2.4.5 Responsabilidade..... | 48 |
| 2.4.6 Legitimidade recursal do administrador judicial | 48 |
| 2.5 Participação do Ministério Público | 50 |
| 3 PARTES | 55 |
| 3.1 Polo ativo..... | 55 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 3.1.1 | Legitimidade ordinária e legitimidade extraordinária..... | 55 |
| 3.1.2 | Situação dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso | 57 |
| 3.1.3 | Consolidação processual e consolidação substancial (ou litisconsórcio ativo)..... | 59 |
| 3.1.4 | Os requisitos para o empresário requerer recuperação..... | 65 |
| 3.1.4.1 | A limitação da recuperação judicial a empresários | 65 |
| 3.1.4.2 | Empresário: individual, sociedade empresária e EIRELI..... | 67 |
| 3.1.4.3 | Empresários excluídos da abrangência da Lei 11.101/2005..... | 69 |
| 3.1.4.4 | A regularidade empresarial e requisitos específicos | 71 |
| 3.1.4.5 | Recuperação judicial do produtor rural | 73 |
| 3.1.4.5.1 | A opcional empresariedade do produtor rural e seus efeitos | 73 |
| 3.1.4.5.2 | Os argumentos favoráveis à recuperação judicial do produtor rural com menos de dois anos de registro empresarial ... | 75 |
| 3.1.4.5.3 | Os argumentos contrários à recuperação judicial do produtor rural com menos de dois anos de registro empresarial ... | 77 |
| 3.1.4.5.4 | O novo regramento sobre a admissibilidade da recuperação judicial do produtor rural | 82 |
| 3.1.4.5.5 | As peculiaridades quanto aos créditos sujeitos à recuperação judicial do produtor rural | 83 |
| 3.2 | Polo passivo..... | 85 |
| 3.2.1 | Credores como réus | 85 |
| 3.2.2 | Litisconsórcio passivo na recuperação judicial | 86 |
| 3.2.3 | Credores sujeitos ao processo..... | 89 |
| 3.2.4 | Credores não sujeitos ao processo | 89 |
| 3.2.5 | Situações especiais..... | 95 |
| 3.2.6 | Esquema dos créditos sujeitos, não sujeitos e excluídos, mas com limitação de exercício..... | 100 |
| 3.2.7 | Comitê de credores | 100 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 4 | PROCEDIMENTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL | 103 |
| 4.1 | Procedimento ordinário e procedimento simplificado para a micro e a pequena empresa..... | 103 |
| 4.2 | Procedimento principal e procedimento incidental para verificação de créditos | 104 |
| 4.3 | Procedimento preliminar de mediação..... | 104 |
| 4.4 | Visão geral do procedimento principal..... | 105 |
| 4.5 | A contagem dos prazos no procedimento da recuperação judicial ... | 106 |
| 4.6 | Como se desenvolve o procedimento principal..... | 112 |
| 5 | PETIÇÃO INICIAL | 113 |
| 5.1 | Requisitos da petição inicial | 113 |
| 5.2 | A documentação inicial..... | 115 |
| 5.3 | Como instruir a petição inicial..... | 117 |
| 5.4 | Efeitos do ajuizamento | 118 |
| 5.5 | Modelo de petição inicial..... | 119 |
| 6 | O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... | 125 |
| 6.1 | Noções gerais | 125 |
| 6.2 | Juízo de admissibilidade e a constatação prévia..... | 132 |
| 6.3 | Mérito da recuperação judicial..... | 136 |
| 6.4 | Deferimento do processamento | 138 |
| 6.4.1 | Natureza do ato..... | 138 |
| 6.4.2 | A recorribilidade da decisão de deferimento do processamento | 140 |
| 6.4.2.1 | A restrição legal ao cabimento do agravo de instrumento | 140 |
| 6.4.2.2 | O rol mais ou menos taxativo: embates doutrinários e a decisão do Superior Tribunal de Justiça ... | 143 |
| 6.4.2.3 | Cada tribunal com seu posicionamento | 146 |
| 6.4.2.4 | As quatro teses pelo cabimento do agravo de instrumento contra a decisão que defere o processamento da recuperação judicial..... | 148 |
| 6.4.2.4.1 | A inutilidade – e provável inexistência – de futuro apelo | 148 |
| 6.4.2.4.2 | Recuperação judicial como execução coletiva..... | 151 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 6.4.2.4.3 | A decisão de deferimento seria equivalente à tutela provisória | 152 |
| 6.4.2.4.4 | A decisão versa sobre o mérito da recuperação judicial..... | 154 |
| 6.4.2.5 | A decisão é, portanto, recorrível | 154 |
| 6.5 | Suspensão das ações pelo deferimento do processamento..... | 156 |
| 6.5.1 | Fundamentos | 156 |
| 6.5.2 | Tutela provisória para antecipação da suspensão | 161 |
| 6.5.3 | Prazo suspensivo | 163 |
| 6.5.4 | O plano dos credores em decorrência do fim do <i>stay period</i> | 165 |
| 6.6 | Impossibilidade de livre desistência da ação | 165 |
| 6.7 | Publicidade do regime de recuperação judicial | 167 |
| 6.8 | Modelo de decisão de deferimento do processamento | 168 |
| 7 | CONVOCAÇÃO DOS CREDORES: A CITAÇÃO | 171 |
| 7.1 | A especialidade da convocação | 171 |
| 7.2 | Modelo de edital de convocação (e deferimento do processamento) | 174 |
| 8 | A APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL | 177 |
| 8.1 | O plano de recuperação judicial..... | 177 |
| 8.2 | A apresentação do plano de recuperação pelos credores..... | 182 |
| 8.3 | Modelo de petição de apresentação do plano de recuperação judicial | 183 |
| 8.4 | Modelo de edital de recebimento do plano de recuperação judicial e da segunda relação de credores | 184 |
| 9 | DEFESA: A OBJEÇÃO DOS CREDORES AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL | 185 |
| 9.1 | Defesa..... | 185 |
| 9.1.1 | Defesa no processo de recuperação judicial | 185 |
| 9.1.2 | Objecção ao plano de recuperação judicial | 187 |
| 9.2 | Caminhos do processo com objeção ou sem objeção | 189 |
| 9.3 | Modelo de objeção ao plano de recuperação..... | 189 |
| 10 | ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES | 193 |
| 10.1 | Conceito..... | 193 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 10.2 | Procedimentos de convocação e instalação | 195 |
| 10.3 | Participantes..... | 196 |
| 10.4 | Desenvolvimento dos trabalhos | 202 |
| 10.5 | Classes de credores e deliberação sobre o plano de recuperação ... | 203 |
| 10.6 | Suspensão prévia e invalidação da assembleia | 205 |
| 10.7 | Roteiro da assembleia geral de credores..... | 207 |
| 10.8 | Modelo de edital de convocação para a assembleia geral de credores | 207 |
| 10.9 | Modelo de ata de assembleia geral de credores | 208 |
| 11 | SENTENÇA..... | 211 |
| 11.1 | Natureza da sentença e da tutela jurisdicional na recuperação judicial..... | 211 |
| 11.2 | Resultado da assembleia geral e seu reflexo na sentença | 215 |
| 11.2.1 | Regra geral: vinculação do juiz à decisão dos credores..... | 215 |
| 11.2.2 | Verificação das formalidades da assembleia geral | 216 |
| 11.2.3 | O juiz e o conteúdo do plano..... | 216 |
| 11.2.4 | Concessão da recuperação com plano rejeitado: o <i>cram down</i> | 218 |
| 11.2.5 | Abuso do direito de rejeição do plano..... | 222 |
| 11.3 | Decretação da falência como consequência da rejeição do plano..... | 223 |
| 11.4 | A questão das certidões tributárias como requisito à concessão da recuperação | 225 |
| 11.5 | Recurso contra a sentença..... | 227 |
| 11.6 | Modelo de sentença de homologação do plano | 230 |
| 12 | PROCEDIMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS | 233 |
| 12.1 | Conceitos e visão geral..... | 233 |
| 12.2 | Fase administrativa | 234 |
| 12.3 | Fase judicial..... | 238 |
| 12.4 | Formação do quadro geral de credores | 243 |
| 12.5 | Ação rescisória especial | 244 |
| 12.6 | Roteiro da verificação dos créditos | 246 |
| 12.7 | Modelo de petições na fase de verificação de créditos | 246 |
| 12.7.1 | Modelo de habilitação de crédito com garantia real | 246 |
| 12.7.2 | Modelo de habilitação de crédito de honorários advocatícios..... | 247 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 12.7.3 | Divergência de crédito para correção de categoria e valor..... | 249 |
| 12.7.4 | Divergência de crédito sobre atualização de valor | 250 |
| 12.7.5 | Divergência de crédito de honorários advocatícios | 251 |
| 12.7.6 | Divergência de crédito de alienação fiduciária para exclusão | 254 |
| 12.7.7 | Impugnação de crédito..... | 256 |
| 13 | PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE | 259 |
| 13.1 | Fundamentos..... | 259 |
| 13.2 | Peculiaridades do procedimento simplificado | 260 |
| 14 | PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO ENCERRAMENTO E AO CUMPRIMENTO DO PLANO | 263 |
| 14.1 | Fase de observação | 263 |
| 14.2 | Descumprimento do plano e convolação em falência..... | 263 |
| 14.3 | Encerramento e novação | 264 |
| 14.4 | Descumprimento posterior ao encerramento | 266 |
| 14.4.1 | Execução forçada | 266 |
| 14.4.2 | Pedido de falência..... | 267 |
| 14.5 | Modelo de pedido de convolação em falência por descumprimento do plano no biênio inicial..... | 267 |
| 14.6 | Modelo de requerimento de cumprimento da sentença por descumprimento do plano depois de dois anos | 269 |
| 14.7 | Modelo de pedido autônomo de falência por descumprimento do plano depois de dois anos (art. 94, III, g)..... | 271 |
| | APÊNDICE: O PROCESSO SIMULADO | 273 |
| 1. | O caso da Pink Peças Automotivas Ltda. | 273 |
| 2. | Petição inicial: o pedido de recuperação judicial da Pink | 275 |
| 3. | O deferimento do processamento da recuperação judicial da Pink..... | 280 |
| 4. | Edital de convocação dos credores da Pink..... | 282 |
| 5. | A apresentação do plano de recuperação judicial da Pink | 285 |
| 6. | Edital de recebimento do plano de recuperação judicial e da segunda relação de credores da Pink | 285 |
| 7. | Objecção dos credores ao plano da Pink | 287 |
| 8. | Edital de convocação para a assembleia no caso simulado | 289 |

| | |
|---|------------|
| 9. Ata de assembleia no caso simulado..... | 290 |
| 10. Sentença de homologação do plano no caso simulado | 291 |
| 11. Verificação de créditos no processo simulado..... | 292 |
| 11.1 Habilitação de crédito com garantia real..... | 292 |
| 11.2 Habilitação de crédito de honorários advocatícios | 293 |
| 11.3 Divergência de crédito para correção de categoria e valor..... | 295 |
| 11.4 Divergência de crédito sobre atualização de valor | 297 |
| 11.5 Divergência de crédito de honorários advocatícios | 298 |
| 11.6 Divergência de crédito de alienação fiduciária para exclusão | 301 |
| 11.7 Impugnação de crédito | 303 |
| 12. Pedido de convalidação em falência por descumprimento do plano no biênio inicial..... | 305 |
| 13. Requerimento de cumprimento da sentença por descumprimento do plano depois do encerramento da recuperação judicial | 306 |
| 14. Modelo de pedido de falência por descumprimento do plano depois de dois anos..... | 308 |
| REFERÊNCIAS..... | 311 |